MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 1011/2007

O capitão-tenente fuzileiro (NII 67680) José Manuel Neto Simões desempenhou de forma extraordinariamente competente, activa e com grande profissionalismo as funções de assessor militar e director técnico do projecto de apoio à estruturação do sistema de informações militares das forças armadas de Timor-Leste.

Tendo a qualidade do desempenho e a dedicação do comandante Neto Simões sido apreciadas de forma muito relevante pelas autoridades de Timor-Leste, atento o trabalho por si desenvolvido e os resultados alcançados, considero um imperativo de elementar justiça que esse reconhecimento seja tornado público, consubstanciado no presente louvor e na concessão da medalha militar de serviços distintos, grau prata, pelos seguintes fundamentos:

A permanente disponibilidade e relevantes qualidades militares, técnico-profissionais e humanas do comandante Neto Simões asseguraram, de forma decisiva, o aperfeiçoamento e desenvolvimento do projecto de apoio à implementação do sistema de informações, considerado, no plano dos projectos de cooperação técnico-militar internacional, dos mais bem sucedidos nesse país e notoriamente indispensável no plano da estrutura militar.

Pelo excelente contributo prestado pelo comandante Neto Simões ao grupo de trabalho multinacional «Força 2020» e à sua participação activa nos estudos de base conceptual da instituição militar e do sistema de informações militares timorenses, conduzindo também o apoio técnico à estrutura definida e superiormente aprovada, a par da colaboração prestada na definição do sistema de formação das FALINTIL-FDTL e no desenvolvimento do sistema de autoridade marítima;

Pelo grande entusiasmo emprestado pelo comandante Neto Simões à instituição militar timorense, pela sua inesgotável capacidade de trabalho, lealdade, espírito de sacrifício e abnegação, inteira disponibilidade física e intelectual, tendo colhido, entre os seus pares timorenses e internacionais, prestígio, valor e o justo reconhecimento das suas excepcionais qualidades militares;

Pelas provas dadas em circunstâncias muito complexas e pelos padrões de eficácia alcançados no cumprimento da sua comissão, considero que o capitão-tenente fuzileiro José Manuel Neto Simões prestou serviços que qualifico como extraordinários, relevantes e distintos, deles tendo resultado honra e lustre para as Forças Armadas Portuguesas e para Portugal.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 13.º e 16.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha de serviços distintos, grau prata, ao capitão-tenente fuzileiro (NII 67680) José Manuel Neto Simões.

19 de Outubro de 2007. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa

Aviso n.º 22 359/2007

Concurso n.º 02/DGAED/2007 — Concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar vago de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional.

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho do director-geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional, de 25 de Outubro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar vago na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional, constante do anexo v à Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

2 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, o presente aviso será inscrito (registado) na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias após a publicação no *Diário da República*.

3 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer

forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

4 — Prazo de validade — o presente concurso visa o provimento do lugar mencionado, esgotando-se com o respectivo preenchimento.

5 — Área funcional — contratos, programação e controlo de importações e exportações, no domínio do armamento e equipamentos de defesa.

6 — Conteúdo funcional — no domínio do armamento e equipamentos de defesa, compete, genericamente, ao técnico superior de 1.ª classe a elaboração de estudos e propostas de apoio à tomada de decisão, exercer funções de investigação, estudo e elaboração de pareceres jurídicos e de projectos de diplomas legais e regulamentares, competindo-lhe ainda colaborar no processo de controlo de importações e exportações de bens e tecnologias militares e acompanhar a preparação e execução de processos de aquisição de bens e tecnologias militares e a participação na negociação de programas cooperativos internacionais, incluindo a emissão de pareceres sobre memorandos de entendimento e outros documentos contratuais vinculativos, na sua dupla vertente interna e de cooperação internacional, em conformidade com o constante no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, conjugado com o estabelecido no anexo v à Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

7 — Remuneração e condições de trabalho — a remuneração é a correspondente ao escalão e índice aplicáveis à respectiva categoria, nos termos do sistema contributivo da função pública, constante do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — Locais de trabalho — as funções serão exercidas nas instalações da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 2.º, 1400-204 Lisboa.

9 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto Regulamentar n.º 12/95, de 23 de Maio, com a nova redacção dada pelo Decreto Regulamentar n.º 40/97, de 3 de Outubro, e Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

10 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, satisfaçam as seguintes condições:

- O preenchimento dos requisitos de admissão ao concurso constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Estar nas condições previstas na alínea c) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Possuir licenciatura em Direito;
- Formação em domínios relevantes para as funções a desempenhar, designadamente nas áreas do direito e das organizações militares e de segurança;
- Bons conhecimentos de inglês — fluência verbal e escrita.

11 — Métodos de selecção — considerando as exigências correspondentes ao conteúdo funcional do lugar posto a concurso, serão utilizadas como métodos de selecção a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

11.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.2 — A entrevista profissional de selecção, que possui carácter complementar, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 15 de Julho, poderá ser dispensada, se o júri assim o deliberar.

11.3 — O sistema de classificação final será expresso na escala de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos com classificação inferior a 9,5 valores.

11.4 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final do concurso serão remetidas aos candidatos através de ofício registado, caso o número de candidatos seja inferior a 100, sendo também afixadas, para consulta, em lugar público da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

Caso o número de candidatos seja igual ou superior a 100, as mesmas serão objecto de publicação de aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

12 — Formalização das candidaturas:

12.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de admissão, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril, dirigido ao director-geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.